



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638312 - SP (2021/0000615-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : JULIO CESAR ROSA E OUTRO
ADVOGADOS : JÚLIO CÉSAR ROSA - SP167092
CLÁUDIO GILBERTO FERRO - SP267626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO VICTOR COVACIC (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VICTOR COVACIC em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (22105028220208260000).

Consta dos autos que o paciente foi processado e julgado em razão da prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Ao final, foi condenado às penas de 7 anos de reclusão e de 700 dias-multa, negando-se-lhe o direito de recorrer em liberdade. O paciente se encontra preso desde a data do fato, em 19/5/2020.

Alega o impetrante que a segregação processual do paciente, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva, e que seriam suficientes as demais medidas cautelares não prisionais previstas no art. 319 do CPP.

Sustenta a ausência de periculosidade do paciente e que a permanência do paciente preso durante a instrução processual não justifica a manutenção da sua custódia cautelar.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para a suspensão dos efeitos do decreto de prisão, até o julgamento final do presente *habeas corpus*, aplicando, se for o caso, medidas alternativas à prisão.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente